

Muitas palavras: a discussão recente sobre juventude nas ciências sociais  
Alexandre Barbosa Pereira

“A ‘juventude’ é apenas uma palavra”, afirmou Bourdieu (1983), em título provocador de um artigo sobre a noção de juventude, cujo objetivo era demonstrar como as divisões entre as idades seriam arbitrárias: “somos sempre o jovem ou o velho de alguém” (1983:113). Pois, para este autor, os cortes, em classes de idade ou em gerações, teriam uma variação interna e seriam objetos de manipulação. Portanto, juventude e velhice não seriam dados, mas construções sociais oriundas da luta entre os jovens e os velhos. Desta maneira, prossegue Bourdieu, as relações entre idade biológica e social seriam muito complexas. Pode-se apreender, portanto, de suas conclusões sobre a idéia de juventude, que, para ele, esta noção configuraria um elemento que somente faz sentido no contraste entre os mais novos e os mais velhos. Ou seja, Bourdieu compreende a categoria juventude sempre dentro de um critério etário e que, segundo ele, não faz sentido isoladamente, pois seria sempre na contraposição que esta se definiria. Entretanto, para alguns autores que têm se dedicado ao estudo da juventude e suas práticas, tal conceito seria mais do que uma palavra e não apenas uma definição que surge da confrontação entre o novo e o velho. Em texto, cujo título – “A juventude é mais que uma palavra” – já apresenta claramente uma resposta à provocação feita por Bourdieu, Mario Margulis e Marcelo Urresti (1996) propõem a superação de considerações sobre a juventude como mera categorização por idade e como portadora de características uniformes. Para eles, “a condição histórico-cultural de juventude não se oferece de igual forma para todos os integrantes da categoria estatística jovem” (MARGULIS, 1994:25; trad. minha). Segundo Margulis e Urresti (1996), a discussão feita por Bourdieu leva a percepção da juventude como “mero signo”, como “uma construção cultural desgarrada de outras condições”. Assim, conforme estes autores, a noção, do modo como ela é definida por Bourdieu, é desvinculada de seus condicionantes históricos e materiais.

Philippe Ariès (1978), ao buscar demonstrar o novo lugar assumido pela criança e pela família nas sociedades industriais, em sua obra “História Social da Criança e da Família”, evidencia como a idéia de criança é construída historicamente. Para Ariès, é a escola, no final do século XVII, que proporciona as condições para a criação das noções de infância e juventude como etapas separadas da vida adulta, justamente por conta do isolamento de crianças e jovens dos adultos. Constitui-se, assim, um novo meio para a educação. Conforme Ariès, na sociedade medieval o mundo infantil não era separado do adulto, não havendo, portanto, uma fase de transição destacada.

"A escola substituiu a aprendizagem como meio de educação. Isso quer dizer que a criança deixou de ser misturada aos adultos e de aprender a vida diretamente, através do contato com eles. A despeito das muitas reticências e retardamentos, a criança foi separada dos adultos e mantida à distância numa espécie de quarentena, antes de ser solta no mundo. Essa quarentena foi a escola, o colégio. Começou então um longo processo de enclausuramento das crianças (como dos loucos, dos pobres e das prostitutas) que se estenderia até nossos dias, e ao qual se dá o nome de escolarização" (ARIÈS, 1978:11).

James Coleman (1961), em obra intitulada *A sociedade adolescente*, dirá que é a separação do indivíduo do resto da sociedade e a sua agregação em grupos de sua própria idade que criará um conjunto de relações específicas de determinada faixa etária: “com seus colegas, ele vem a constituir uma pequena sociedade, na qual tem suas mais importantes interações, mantendo apenas um parco fio de conexões com a sociedade adulta do lado de fora” (COLEMAN, 1961:3, trad. minha). A discussão sobre esta relação entre escola e juventude, porém, não é nova. Carles Feixa (2006), ao tratar das diferentes abordagens acadêmicas sobre a juventude, destaca que nos Estados Unidos, em 1929, Robert e Helen Lynd já haviam observado o surgimento de uma cultura colegial em etnografia urbana sobre Middletown, uma pequena cidade do meio oeste dos Estados Unidos. Segundo Feixa, estes dois autores enfocavam as culturas formais e informais da high school. Dentro destes estudos norte-americanos, Feixa destaca a importância do paradigma da sociologia estrutural-funcionalista nas análises que se sucederam sobre os denominados college boys. Dentre elas, podemos apontar a pesquisa do próprio Coleman citado acima, que pesquisou dez high schools de Illinois, demonstrando como a identidade destes college boys configurava-se na escola e não nas ruas como acontecia com os street corner boys investigados por William Foote Whyte ([1943] 2005), por exemplo. No entanto, afirma Feixa que o grande nome da sociologia estrutural-funcionalista norte-americana que pensou a questão da juventude foi Talcott Parsons. Dentro deste pensamento parsoniano, os grupos juvenis articulados na escola teriam a função de garantir a transição da família para o mundo institucional. “Ainda que o paradigma estrutural-funcionalista tenha saído de moda, os estudos sobre as culturas colegiais têm gerado uma importante tradição acadêmica nas ciências sociais estadunidense” (FEIXA, 2006:70, trad. minha).

Se foi a escola a principal responsável pelo surgimento das categorias de infância e juventude como se configuram atualmente, pode-se dizer que também ocorre hoje o processo inverso, e, assim, os jovens e as crianças, que foram isolados desde o início dos tempos modernos para passarem por um período de formação moral e intelectual separado da sociedade dos adultos, estariam recriando tal espaço com suas novas demandas. Isto porque, o isolamento de crianças e jovens permitiu a estes um contato maior entre si e o estabelecimento de redes de sociabilidade juvenis e infantis específicas que passaram a ter a escola como referência. Abre-se, assim, a possibilidade de inverter, inclusive, a função de adestramento e de disciplina autoritária inicial da escola<sup>1</sup>. Bill Green e Chris Bigum (1998), ao discutirem o novo papel desempenhado pelos jovens no ambiente de ensino, constroem a figura dos “alienígenas na sala de aula”. Os autores defendem a idéia de que está surgindo uma nova geração com uma constituição radicalmente diferente: “o sujeito-estudante pós-moderno”. Essa outra constituição, afirmam, deve-se às relações que a juventude contemporânea estabelece com as novas tecnologias de comunicação e entretenimento e com a cultura popular de massa. Segundo eles:

---

<sup>1</sup> Os temas da indisciplina escolar e da crise de autoridade do professor em sala de aula constituem duas das principais questões levantadas pelos profissionais da educação, ao tratarem da “crise atual” da educação. Para uma discussão mais aprofundada: AQUINO, 1998, “A indisciplina e a escola atual”.

A construção social e discursiva da juventude envolve um complexo de forças que inclui a experiência da escolarização, mas que, de forma alguma, está limitada a ela. Entre essas forças e fatores estão os meios de comunicação de massa, o rock e a cultura da droga, assim como várias outras formações subculturais. Até o momento, entretanto, educadores/as, professores/as, pesquisadores/as e elaboradores/as de políticas não têm considerado essas perspectivas e questões como sendo dignas de atenção (GREEN, BIGUM, 1998:210).

A influência dos produtos tecnológicos na configuração do que Green e Bigum denominaram como juventude pós-moderna é, para eles, tão grande que os mesmos se utilizam, também, da metáfora do ciborgue para designá-la. Influenciados pelas reflexões de Donna Haraway (2000) e seu Manifesto Ciborgue, sugerem, com esta metáfora, uma relação de descontinuidade entre os jovens e sua porção máquina representada pelos aparelhos de comunicação e entretenimento. Por este motivo, eles encaram esta nova geração, em sua relação com a escola e com os professores, como alienígenas, pois, defendem a idéia de que um novo tipo de subjetividade humana estaria sendo configurado, que não é apreendido pelos professores em sala de aula. Em resumo, Green e Bigum expõem que “a partir do nexos entre a cultura juvenil e o complexo crescentemente global da mídia está emergindo uma formação de identidade inteiramente nova” (GREEN & BIGUM, 1998:214). Talvez as transformações nas relações entre os jovens e o universo escolar não sejam tão radicais como anunciam estes dois autores, nem o papel desempenhado pelas novas tecnologias de comunicação neste processo seja tão intenso assim, mas é difícil negar que estejam ocorrendo mudanças substanciais que têm preocupado especialistas e profissionais da educação sobre como lidar com esta nova geração de estudantes.

Interessados em analisar o conceito de cultura jovem como novidade do pós-guerra na Europa e particularmente na Grã-Bretanha, os pesquisadores do Centre for Contemporary Cultural Studies (CCCS) da Universidade de Birmingham, na Inglaterra, através de sua mais importante obra, a famosa coletânea de textos intitulada: *Resistance Through Rituals: youth subcultures in post-war Britain* (1993 [1976]), apontarão uma série de mudanças, levantadas por um debate mais amplo, além da escola e da expansão da educação, como responsáveis pela visibilidade alcançada pela categoria juventude após os anos 1950. Estes autores destacam como um dos primeiros fatores o aumento do mercado e do consumo no pós-guerra que propiciou o crescimento da indústria de lazer voltada para a juventude. Tal evento teria criado as condições para o desenvolvimento daquele que consideram o segundo fator responsável pelo destaque da juventude: “a emergência dos meios de comunicação de massa, dos entretenimentos de massa, da arte de massa e da cultura de massa” (CLARKE, HALL, JEFFERSON & ROBERTS, 1993:18, trad. minha). Como terceiro conjunto de mudanças que contribuíram para a produção de uma cultura jovem distinta qualitativamente, os autores apontam a influência da guerra e o hiato social por ela provocado que teria se refletido entre as crianças nascidas durante o período dos conflitos na Europa. Por último os pesquisadores de Birmingham destacam o advento dos estilos distintivos, baseados em novas maneiras de se vestir e em determinados gêneros musicais como o rock.

Já Margulis e Urresti (1996) chamam a atenção para a necessidade de se atentar para o modo como a condição de juventude manifesta-se de forma desigual conforme outros fatores como classe social e/ou gênero. Não se constitui, portanto, um conceito unívoco. Contudo, ressaltam os autores, assim como não se deve considerar apenas os critérios biológicos de idade para definir juventude, não se pode também levar em conta apenas os critérios sociais.

"Ser jovem, portanto, não depende somente da idade como característica biológica, como condição do corpo. Tampouco depende do setor social, com a conseqüente possibilidade de aceitar de maneira diferencial a uma moratória, a uma condição de privilégio. Há que se considerar também o fato geracional: a circunstância cultural que emana de ser socializado com códigos diferentes, de incorporar novos modos de perceber e de apreciar, de ser competente em novos hábitos e destrezas, elementos que distanciam aos recém chegados do mundo das gerações mais antigas" (MARGULIS & URRESTI, 1996; trad. minha).

Para se pensar as peculiaridades da juventude em relação às outras gerações e mesmo às especificidades internas aos diversos modos de se vivenciá-la, os autores trabalharam com as noções de moratória social e moratória vital. Segundo eles, a partir do século XVIII e XIX a juventude, como uma etapa da vida, passou a ser vista também como uma camada que detém certos privilégios. Constituiria-se, então, um período, antes da maturidade biológica e social, marcado por uma maior permissividade, configurando, desta forma, a moratória social do qual desfrutam alguns jovens privilegiados por pertencerem a setores sociais mais favorecidos. Para estes que detêm tal privilégio, o ingresso na vida adulta, com as exigências requeridas para a entrada na maturidade social, é cada vez mais postergado pelo aumento do tempo de estudo. Dessa forma, os jovens das camadas populares, devido, entre outras coisas, ao ingresso prematuro no mercado de trabalho e à assunção de obrigações familiares (casamento, filhos etc.) em idade reduzida, teriam sua moratória social diminuída e, por conseqüência, teriam uma vivência juvenil diversa dos jovens mais abastados. Pois, os jovens das classes populares "carecem de tempo e dinheiro – moratória social – para viver um período mais ou menos prolongado de relativa despreocupação" (MARGULIS & URRESTI, 1996; trad. minha).

Por outro lado, Margulis e Urresti apontam ainda a existência de uma moratória que consideram complementar à social: a moratória vital. Um período da vida em que se possui um excedente temporal, um crédito, algo que se tem economizado. Um elemento que se tem a mais e se pode dispor e que os não jovens teriam mais reduzido: um certo "capital temporal" ou "capital energético". "Daí a sensação de invulnerabilidade que caracteriza os jovens, sua sensação de segurança: a morte está longe, é inverossímil, pertence ao mundo dos outros, às gerações que os precederam" (MARGULIS & URRESTI, 1996; trad. minha). E sobre esta moratória também aparecerão as diferenças sociais e culturais, de classe e/ou de gênero, no modo de ser jovem, afirmam os mesmos. Haveria, no entanto, a ênfase de alguns autores apenas na moratória social e que, por isso, tenderia a restringir a condição de juventude aos setores médios e altos. Isto aconteceria porque se ocultaria ou se esqueceria este outro lado, que foi definido como moratória vital, comum a todas as classes. Para estes dois autores, a moratória social definiria então uma

certa noção de juvenil que se expressaria por certos aspectos estéticos e configuraria um certo privilégio de determinadas classes sociais mais abastadas. Já a moratória vital definiria uma noção fática de ser jovem comum a todas as classes sociais, marcada pela energia do corpo, pela distância da morte etc.

"Em conseqüência, pode-se reconhecer a existência de jovens não juvenis – como é, por exemplo, o caso de muitos jovens dos setores populares que não gozam da moratória social e não portam os signos que caracterizam hegemonicamente a juventude -, e não jovens juvenis – como é o caso de certos setores médios e altos que vêm diminuindo seu crédito vital excedente, mas são capazes de incorporar tais signos<sup>2</sup>" (MARGULIS & URRESTI, 1996; trad. minha).

Com isso, os autores ressaltam a especificidade de classe nas definições do que é ser jovem, pois, avisam, há classes nas gerações, assim como há gerações nas classes. Contudo, eles ressaltam também a especificidade de gênero na definição de juventude: “a juventude depende também do gênero, do corpo processado pela sociedade e pela cultura; a condição de juventude se oferece de maneira diferente para o homem e a mulher” (MARGULIS & URRESTI, 1996; trad. minha). O tempo transcorreria de maneira diferente para a maioria das mulheres em relação à maioria dos homens. Entre outros fatores, os autores apontam a questão da maternidade como um elemento relevante para a definição desta temporalidade diferenciada, pois ela não alteraria apenas o corpo, mas também o modo como elas desfrutariam e configurariam a sua juventude. Assim, um homem jovem de classe alta diferiria de uma mulher jovem de sua mesma classe social, em termos do que foi denominado como crédito vital e social, porém este mesmo homem se diferenciaria ainda mais de uma mulher de mesma idade pertencente aos setores populares. Outros autores também apontarão as singularidades que a noção de juventude assume conforme as variações de classe social e/ou de gênero. Carles Feixa (2006), ao discutir as culturas juvenis, também demonstrará a sua especificidade conforme estes dois fatores, porém, ele também destacará outras variáveis que definem e são definidas pela noção de juventude, como território, etnicidade e estilo.

Carles Feixa (1996), em texto no qual aborda o que chamou de Antropologia das Idades, demonstra como a discussão sobre as idades não é nova na antropologia. Desde Maine e Morgan, bem como também Frazer e Boas, a idade é considerada, junto com o sexo, um princípio de organização social universal. Feixa afirma ainda que a maior parte das etnografias das sociedades não ocidentais ou camponesas atentaram para as estratificações por idade, pois seriam estas fundamentais para o funcionamento das mesmas. Ele prossegue dizendo que desde Van Gennep o estudo dos ritos de passagem tornou-se uma área clássica da etnologia. Há também etnografias pioneiras das sociedades complexas que tratarão do tema como o estudo de William Foote Whyte (2005 [1943]) sobre os jovens da sociedade de esquina em um bairro de imigrantes italianos em Boston. Além de inúmeros outros trabalhos da Escola de Chicago dedicados a tais

---

<sup>2</sup> Guita Debert (2004) faz uma discussão semelhante ao tratar do que denominou como cultura adulta. Segundo ela, a juventude teria se tornado um valor que poderia ser adquirido em qualquer idade. A partir disso, afirma Debert que a idéia de juventude teria se descolado de uma determinada faixa etária, transformando-se em um bem conquistado através de certos estilos de vida e formas de consumo que expressariam uma condição juvenil.

estudos, como é o caso de um levantamento sobre as gangues de Chicago feito por Frederic Thrasher (1927). Feixa enfatiza ainda que o maior best-seller da história da antropologia seria justamente um livro sobre a adolescência em uma sociedade “primitiva”, *Coming Age in Samoa* de Margaret Mead (1928). Contudo, apesar de tais precedentes, é somente nos últimos anos que o estudo da idade tem começado a se tornar um objeto de reflexão central e não periférico para a pesquisa e teoria antropológica, afirma Feixa (1996). Para este autor, uma das chaves para a aproximação antropológica da idade é considerá-la como uma construção cultural. Isto porque:

"Todos os indivíduos experimentam ao longo de sua vida um desenvolvimento fisiológico e mental determinado por sua natureza e todos as culturas compartimentam o curso da biografia em períodos aos quais atribuem propriedades, que servem para categorizar os indivíduos e pautar seu comportamento em cada etapa. Mas as formas em que estes períodos, categorias e pautas se especificam culturalmente são muito variadas" (SAN ROMAN, 1989:130 apud FEIXA, 1996; trad. minha).

Segundo Feixa, nem as fases em que se dividem os ciclos vitais, nem os seus conteúdos culturais atribuídos a cada uma destas fases são universais. Isso explicaria o caráter relativo da divisão das idades, cuja terminologia seria extremamente variável no espaço, no tempo e na estrutura social. Para este autor, é obvio que a idade como condição natural nem sempre coincide com a idade como condição social. Ao refletir sobre o modo como estes dois elementos podem definir as idades, Feixa elabora uma questão clássica: “como interagem natureza e cultura na definição social das idades?” (1996). Com isso, nos direciona para mais algumas importantes questões sobre como e por que estudar tal tema. Tais questões podem ser vistas, por outro lado, mais como pautas possíveis de pesquisa e reflexão para a antropologia das idades proposta por ele: “em que medida a idade contribui na conformação de identidades coletivas? Como interage com outros fatores, como a etnicidade, o gênero, a classe e o território? É uma dimensão central ou marginal na estrutura social contemporânea?” (FEIXA, 1996; trad. minha). Dessa maneira, ele também amplia a possibilidade de relações para se pensar uma antropologia da idade, ou, mais especificamente uma antropologia da juventude, pois se Margulis e Urresti apontam a classe social e o gênero como fatores importantes para as definições de juventude, não se pode esquecer que há outros fatores igualmente relevantes, como os apontados por Feixa, para se pensar as diversas configurações que a categoria juventude pode assumir. Contudo, se a noção de juventude não pode ser naturalizada e nem definida de forma unívoca, algumas abordagens tendem a atribuir um único critério para definir a constituição das denominadas culturas juvenis em variados contextos. Estas abordagens, conforme expõe José Machado Pais (2003), dividem-se basicamente em dois enfoques diferentes. Um deles, que Pais denominou como “corrente geracional”, define as chamadas culturas juvenis a partir do seu critério etário, ou seja, em relação à “geração adulta”. “A questão essencial a discutir no âmbito desta corrente diz respeito à continuidade/descontinuidade dos valores intergeracionais” (PAIS, 2003:48). O outro modo de tratar os grupos juvenis evidenciado por Pais enfatiza a origem social destes grupos, tendo, portanto, um enfoque nas diferentes classes sociais em que os grupos juvenis se inserem, esta última recebe a denominação do autor de “corrente classista”.

“Com efeito, enquanto para a corrente geracional a reprodução se restringe à análise das relações intergeracionais, isto é, à análise da conservação ou sedimentação (ou não) das formas e conteúdos das relações sociais entre gerações, para a corrente classista, a reprodução social é fundamentalmente vista em termos de reprodução de gênero, de raça, enfim de classes sociais” (PAIS, 2003:55-56).”

Para esta “corrente classista”, as culturas juvenis seriam “culturas de classe”. Por esse motivo, esta corrente, conforme afirma Pais (2003), seria crítica em relação a qualquer conceito de juventude, pois, mesmo quando entendida como categoria, a noção de juventude teria sempre as relações de classe como elemento dominante. Deste ponto de vista, as culturas juvenis apresentariam sempre um significado político. Uma das principais correntes que percebem os grupos juvenis a partir de suas relações políticas e de classe surge no Center for Contemporary Cultural Studies (CCCS) da Universidade de Birmingham. Para esta linha de pesquisa, os rituais e os estilos das culturas juvenis manifestariam uma forma de resistência política. No entanto, em ambas as abordagens, geracional e classista, o conceito de cultura juvenil surge associado, em contraposição ou não, ao de cultura dominante. Pode-se afirmar que pela corrente geracional responderiam determinados trabalhos de caráter mais funcionalista que tenderiam a ver as culturas juvenis definidas por oposição à cultura dominante das gerações mais velhas, enquanto na corrente classista as culturas juvenis seriam vistas como em contraposição a uma cultura de classe dominante. Por esse motivo, nestes dois modos de se discutir as culturas juvenis aparece a noção de subcultura, definida como uma cultura que seria subordinada a uma cultura dominante, em acordo ou em desacordo com ela.

Dividido entre qual das duas correntes teóricas utilizar em sua análise sobre a juventude portuguesa, José Machado Pais decide não adotar nenhuma delas como pressuposto principal para a análise. Ele afirma procurar se valer da realidade, revelada através da pesquisa, das diferentes manifestações culturais dos jovens para, então, definir quais perspectivas que podem orientar a configuração das culturas juvenis pesquisadas.

"Em vez de teimosamente me agarrar a uma, e uma só, destas correntes teóricas, o exercício a que me proponho é o de olhar as culturas juvenis a partir de diferentes ângulos de observação, de tal forma que umas vezes elas aparecerão como culturas de geração, outras como culturas de classe, outras vezes, ainda, como culturas de sexo, de rua, etc". (PAIS, 2003:109).

Com relação à abordagem mais funcionalista, que perceberia a juventude a partir de uma abordagem quase sempre geracional, pode-se dizer que o que eles denominaram como uma subcultura juvenil cumpriria a função de promover a transição para a condição social adulta (PARSONS, 1942). Daí o interesse pelas subculturas desviantes e o tema da delinquência juvenil tão forte nos estudos de juventude, principalmente nos Estados Unidos, que apontam para a necessidade de se integrar tais grupos juvenis ao padrão de normalidade. Em estudo sobre algumas culturas juvenis na cidade de São Paulo na década de 1980, Helena Abramo (1994), ao fazer um levantamento da literatura sobre a temática da juventude ressalta o grande interesse, de

parte desta, de se buscar formas de evitar e de se coibir as chamadas posturas desviantes, permanecendo a noção de desvio central em muitas pesquisas sobre o assunto.

"A maior parte dos estudos que se debruçam sobre o problema da delinqüência juvenil ressalta o caráter de resultado de um 'defeito' no processo de socialização, provocado por disfunções no sistema social, e é marcada por uma perspectiva corretiva, que aponta para a necessidade de 'saneamento' das patologias e para a busca da reintegração desses jovens nos padrões de normalidade" (ABRAMO, 1994)."

Dentro da perspectiva das gerações, Eisenstadt (1976) vai denominar os chamados grupos delinqüentes por grupos etários anormativos.

"Nos casos desses grupos etários anormativos, observa-se uma total discrepância entre as expectativas e aspirações do grupo juvenil e seus membros e as expectativas dos adultos em relação a eles. O grupo de referência e os padrões de símbolos do grupo etário primário são totalmente opostos ao sistema social existente e o grupo não mantém nenhuma comunicação efetiva com a sociedade adulta" (EISENSTADT, 1976:288).

Há também, no entanto, enfoques de caráter funcionalista que pensam a relação das subculturas juvenis a partir de uma relação de classes e de uma não integração destas à sociedade adulta. Dos autores que abordaram a delinqüência dentro deste campo das classes sociais, podemos destacar o estudo de Albert Cohen (1968). Este autor utilizou o termo subcultura delinqüente para designar os problemas de ajustamento dos grupos juvenis, porém, neste caso, em relação a um determinado status social. Segundo Cohen (1968:133), a subcultura delinqüente teria como marca o repúdio aos padrões da classe média. Dessa maneira, ele caracteriza os problemas da delinqüência juvenil como sendo de status, pois a certas crianças seria negado o status numa sociedade respeitável. A partir desta impossibilidade de se enquadrar nos moldes requeridos pelo sistema de posições sociais respeitáveis, que a subcultura delinqüente trataria desses problemas, oferecendo a tais crianças os padrões nos quais elas poderiam se adaptar. Porém, apesar de outras abordagens, como a de Cohen, também anunciarem uma perspectiva de classe social para se pensar o que foi denominado como subculturas juvenis, conforme já foi enunciado anteriormente, serão os estudos culturais do CCCS da Universidade de Birmingham que se destacarão nesta busca de se pensar as culturas juvenis como subculturas de resistência simbólica, sobretudo de resistência de classe.

"Nós tentaremos, primeiro, realocar o conceito de 'Cultura Jovem' com o conceito mais estrutural de 'sub-cultura'. Nós, então, queremos reconstruir as 'subculturas nos termos de suas relações, primeiro, com as culturas matrizes, e, a partir disto, com a cultura dominante, ou melhor, com a disputa entre cultura dominante e culturas subordinadas. Ao tentar levantar esses níveis intermediários no lugar da idéia imediata e que a tudo engloba de 'Cultura Jovem', nós tentamos mostrar como as sub-culturas jovens estão ligadas às relações de classe, à divisão do trabalho e às relações produtivas da sociedade, sem destruir o que é específico para sua constituição e posição" (CLARKE, HALL, JEFFERSON & ROBERTS, 1993:16; trad. minha).

Entre as diversas linhas de pesquisas desenvolvidas pela Escola de Birmingham, destacou-se esta que se dedicou a pesquisar os diversos estilos dos diferentes grupos juvenis

surgidos no pós-guerra, como os teds, os rockers, os mods, os rastafaris, os skinheads etc. O pensamento deste centro de estudos culturais de Birmingham tornou-se a “nova ortodoxia sobre juventude”, conforme afirma Hermano Vianna (1997) ao citar as críticas de Gary Clarke (1990) ao pensamento dos pesquisadores de Birmingham. Ortodoxia, que, segundo Vianna, teria como bíblia o livro *Resistance Through Rituals*, organizado por Stuart Hall e Tony Jefferson (1993 [1976]), que se tornou um dos livros mais influentes nos estudos sobre as culturas juvenis. O estilo dos grupos juvenis era visto pelos pesquisadores de Birmingham como uma forma de recusa e a noção de subcultura como a demonstração de formas expressivas e rituais de grupos subordinados.

Segundo Dick Hebdige (1994), um dos expoentes da Escola de Birmingham, esta recusa, resistência ou resposta subcultural a uma cultura dominante representa uma síntese no nível do estilo das formas de adaptação, negociação e resistência elaboradas através da cultura parental (ou matriz) e de outras mais imediatas, conjunturais e específicas para os jovens. Hebdige (1994) defende que a adoção da idéia de estilo, pela Escola de Birmingham, como um código responsável por mudanças afetando a comunidade inteira, teria literalmente transformado o estudo das “culturas juvenis espetaculares”. Muito da pesquisa apresentada em *Resistance Through Rituals* estivera baseada no pressuposto básico de que o estilo poderia ser lido desse modo, afirmou Hebdige (1994). Utilizando o conceito de hegemonia de Gramsci, os autores de Birmingham em *Resistance Through Rituals* interpretaram a sucessão de estilos culturais juvenis como formas simbólicas de resistência, como sintomas espetaculares de um desacordo mais amplo com o período do pós-guerra.

Hebdige (1994) dirige também algumas críticas aos estudos sobre juventude baseados na observação participante, como o de William Foote Whyte sobre os jovens de uma gangue italiana em Boston, porque, segundo ele, haveria nestes a ausência de qualquer estrutura analítica ou explicativa. No entanto, para Hebdige, além dessa suposta inexistência de uma análise ou explicação, um dos problemas mais graves das pesquisas que têm a observação participante como método seria a negligência da importância das relações de poder e de classe. Pois, segundo ele, nos relatos das pesquisas que adotam a observação participante, a subcultura tenderia a ser apresentada como se funcionasse independente dos contextos sociais, políticos e econômicos mais amplos. Portanto, completa Hebdige afirmando que o resultado da abordagem feita pela observação participante seria um retrato da subcultura, na maioria das vezes, incompleto (1994:76). Porém, se Hebdige critica a observação participante, pode-se dizer que talvez um dos grandes problemas de seu trabalho sobre as subculturas na Grã-Bretanha (mais particularmente sua pesquisa sobre os punks na Inglaterra), bem como dos estudos de Birmingham sobre as culturas juvenis de uma maneira geral, seja, justamente, a ausência de uma descrição etnográfica mais aprofundada do modo como elas atuam e de como os jovens se relacionam dentro dela. Ou seja, opta-se por discussões teóricas mais generalizantes e não se discute “o que as subculturas de fato fazem e qual o significado destas atividades para os próprios jovens” (FERNANDES & FREIRE FILHO, 2005:3). Isto porque, tal descrição aprofundada só se faz possível pelo método

da observação participante, que, em grande medida, é negligenciado pelos pesquisadores de Birmingham<sup>3</sup>.

Uma questão bastante discutida na literatura sobre juventude diz respeito a qual terminologia se utilizar para designar os grupos de jovens que se articulam em torno de uma mesma prática e de um determinado estilo. Conforme já foi visto, subcultura e cultura juvenil são duas das denominações possíveis. Entretanto, há um outro termo muito utilizado, principalmente pela mídia, para se nomear algumas manifestações juvenis: “tribos urbanas”. A idéia de tribo urbana evoca, como afirma José Guilherme Magnani, “pequenos grupos bem delimitados, com regras e costumes particulares em contraste com o caráter homogêneo e massificado que comumente se atribui ao estilo de vida das grandes cidades” (1992:49). O autor demonstra como esta acepção de “tribo” é utilizada de uma maneira totalmente contrária de seu sentido original, empregado pela etnologia no estudo de sociedades de pequena escala. Pois, “tribo”, neste emprego técnico, configura: “uma forma de organização mais ampla que vai além das divisões de clã ou linhagem de um lado e da aldeia, de outro. Trata-se de um pacto que aciona lealdades para além dos particularismos de grupos domésticos e locais” (MAGNANI, 1992:49).

Assim, se “tribo” em seu contexto original denota alianças mais amplas, nesta sua outra utilização, direcionada para as sociedades urbano-industriais, aponta-se para os particularismos, para grupos bem delimitados. Entretanto, há um outro problema no emprego do termo, pois a idéia de “tribo”, quando aplicada aos grupos urbanos, em especial aos formados por jovens, não apenas destoava de seu sentido original, como também se mostra inadequada no modo como se quer abordar estes grupos, que não podem ser vistos como uma comunidade homogênea, conforme o termo evoca.

"Sob esta denominação costuma-se designar grupos cujos integrantes vivem simultânea ou alternadamente muitas realidades e papéis, assumindo sua tribo apenas em determinados períodos ou lugares. É o caso, por exemplo, do rapper que oito horas por dia é Office-boy, do vestibulando que nos fins de semana é rockabilly; do bancário que só após o expediente é clubber; do universitário que à noite é gótico; do secundarista que nas madrugadas é pichador, e assim por diante" (MAGNANI, 1992:51).

Outro problema apontado por alguns especialistas sobre o emprego da noção de tribos urbanas é a tendência em apenas se ressaltar um certo exotismo de alguns grupos juvenis e mesmo aspectos marginais e/ou rebeldes dos mesmos. Segundo Magnani (2005), o uso da expressão tribos urbanas teve grande influência do livro *O tempo das tribos* de Michel Maffesoli (1987), que analisaria, nesta obra, os jovens nos centros urbanos a partir da perspectiva do nomadismo, da fragmentação e de um certo tipo de consumo. “O aspecto central era mostrar o lado “afetual” de microgrupos caracterizados como um tipo de comunidade emocional: são efêmeros, de inscrição local, desprovidos de organização” (MAGNANI, 2005:174). Em livro,

---

<sup>3</sup> Sendo o trabalho de Paul Willis (1991) uma das exceções

escrito por três autores espanhóis (COSTA, TORNERO & TROPEA, 1996) da área de ciências da comunicação, que tem como título, não por acaso, *Tribus Urbanas*<sup>4</sup>, aponta-se para caracterizar as tais tribos, tanto a idéia de uma afetividade grupal, claramente inspirada nas reflexões de Maffesoli, como um certo espírito de rebeldia e marginalidade que a maioria delas tenderia a exaltar e expressar como forma de contestação à sociedade adulta ou às suas instituições. José Machado Pais (2004), em uma coletânea de pesquisas sobre jovens no Brasil e em Portugal também intitulada *Tribus Urbanas*<sup>5</sup>, cujos organizadores são o próprio Pais e Leila Blass, destaca esta busca pelo exótico, por parte principalmente da mídia, expressada através de termos estigmatizantes como tribos urbanas, mas também gangues e bandas.

"Logo nos demos conta de como as abordagens do senso comum e dos mass media sobre o fenômeno das tribos urbanas buscavam um 'outro' crítico para o etiquetar, da mesma forma que a velha etnografia farejava o exótico para melhor o colonizar" (PAIS, 2004:9).

Embora tenha demonstrado preocupação inicial com a exotização e os equívocos aos quais a expressão poderia levar, Pais não abandona, pelo menos neste texto, a idéia de tribos urbanas e vai ao significado etimológico do termo tribo para justificar o seu uso. Conforme Pais (2004:12), "tribo é um elemento de composição de palavras que exprime a idéia de atrito". O autor então resume a idéia de tribo, com base em sua etimologia, como "uma resistência de corpos que se opõem quando se confrontam". Para Pais, a dimensão de uma resistência grupal que estaria ligada à idéia de atrito, seria encontrada no modo como as tribos urbanas se manifestam. Dentro da concepção do autor, a designação "tribo juvenil" traduziria sociabilidades juvenis contestatórias e subversivas.

Carles Feixa (2004) afirma, na introdução ao número 64 da Revista de Estudos de Juventud, intitulado *De las tribus urbanas a las culturas juveniles*, que haveria uma mudança do enfoque das pesquisas acadêmicas da idéia de tribos urbanas para a de culturas juvenis. Porque, segundo ele, o primeiro termo, o mais difundido, seria o mais marcado por sua origem midiática e seus conteúdos estigmatizantes, enquanto o segundo seria o mais utilizado pela literatura acadêmica internacional, estando quase sempre vinculado aos estudos culturais. Esta mudança de perspectiva implicaria também numa mudança no modo como o tema seria estudado. Pois, tratar-se-á mais das identidades, das estratégias, da vida cotidiana, do tempo livre e dos autores ao invés de se olhar, como acontece com muitas das abordagens que utilizam o termo tribos urbanas, apenas para a marginalidade, as aparências, o espetacular, a delinquência ou as imagens. Pois, segundo Feixa:

"Em um sentido amplo, as culturas juvenis referem-se à maneira com a qual as experiências sociais dos jovens são expressas coletivamente mediante a construção de estilos de vida distintivos, localizados fundamentalmente no tempo livre, ou em espaços intersticiais da vida institucional. Em um sentido mais restringido, definem a aparição de "microsociedades juvenis",

---

<sup>4</sup> *Tribus Urbana. El ánsia de identidad juvenil: entre el culto a la imagen y la autoafirmación a través de la violencia*, Barcelona & Buenos Aires, 1996

<sup>5</sup> *Tribus Urbanas: produção artística e identidades*, São Paulo, 2004.

com graus significativos de autonomia em relação às “instituições adultas”, que se servem de espaços e tempos específicos” (FEIXA, 2004:7; trad. minha).

Em outro texto, Feixa (2006) apresentará motivo parecido, ao exposto na discussão sobre tribos, para não utilizar a designação subcultura para se referir às práticas dos grupos juvenis, mas sim culturas juvenis. Conforme este autor, o emprego do termo culturas em vez de subculturas, que, segundo ele, seria um conceito mais correto, teria como finalidade se afastar dos usos que enfatizam a questão do desvio, muito encontrados nas aplicações do segundo termo. Feixa afirma ainda falar de culturas no plural e não de cultura juvenil no singular, como se pode encontrar em grande parte da literatura sobre o tema, para que seja enfatizado o caráter de heterogeneidade interna das culturas juvenis.

Na busca de um enfoque que pudesse articular os comportamentos dos jovens com os espaços, as instituições e os equipamentos urbanos, Magnani (2005) oferece uma alternativa tanto às abordagens dos estudos culturais como àquelas das tribos urbanas, tentando, no entanto, estabelecer um diálogo na forma de contraposição e/ou complementaridade com eles. Com isso, ao invés de privilegiar a condição de “jovens”, ele destaca as diferentes inserções destes na paisagem urbana, captadas pela etnografia dos espaços freqüentados pelos jovens e pelos parceiros com quem estes estabelecem trocas na cidade. Desse modo, o que se enfatiza, por um lado, são as diferentes formas de sociabilidade desenvolvidas pelos jovens e não tanto as pautas de consumo e estilos espetaculares ligados à questão geracional e, por outro lado, as permanências e regularidades, em detrimento da fragmentação e do nomadismo.

Feixa (2006) também evidencia a importância de se pensar o território na análise dos grupos juvenis, pois, segundo ele, ainda que este possa coincidir com outras noções, como as de classe e etnia, é preciso considerá-lo de maneira específica. Feixa demonstra como as culturas juvenis têm sido um fenômeno essencialmente urbano, mais precisamente metropolitano, nascendo nas grandes cidades dos países ocidentais. Dessa maneira, a ação dos jovens pode redescobrir territórios urbanos esquecidos ou marginais, dotando-os de novos significados, humanizando praças e ruas, dando-lhes usos imprevistos.

"Através das festas, das rotas de ócio, mas também através do grafite e de outras manifestações, diversas gerações de jovens têm recuperado espaços públicos que tinham se tornado invisíveis, questionando os discursos dominantes sobre a cidade. Na escola local, a emergência de culturas juvenis pode responder a identidades de bairro, a dialéticas de centro-periferia, que é preciso desentranhar. Por um lado, as culturas juvenis se adaptam ao seu contexto ecológico (estabelecendo-se uma simbiose às vezes insólita entre estilo e meio). Por outro lado, as culturas juvenis criam um território próprio, apropriando-se de determinados espaços urbanos que distinguem com suas marcas: a esquina, a rua, a parede, o local de baile, a discoteca, o centro urbano, as zonas de lazer etc". (FEIXA, 2006:117; trad. minha).

Contudo, nos trabalhos de pesquisa sobre juventude e cidade, coordenados por Magnani no Núcleo de Antropologia Urbana da USP, cuja coletânea de textos encontra-se no prelo<sup>6</sup>, além da articulação entre estas duas variáveis, juventude e espaço urbano, percebe-se a relação com outros elementos igualmente importantes para a configuração das particularidades de determinados grupos de jovens. Como exemplo, pode-se perceber a questão da etnicidade presente em alguns dos enfoques. Esse é o caso do trabalho de Márcio Macedo sobre as baladas blacks e rodas de samba em São Paulo que mostra como os jovens negros articulam práticas de lazer na cidade, evidenciando assim a interface com a questão racial ou de etnicidade. Uma certa idéia de etnicidade também aparece em pesquisa de Daniela Alfonsi sobre o forró universitário e sua relação com o forró cantado e dançado pelos migrantes nordestinos em lugares como o Centro de Tradição Nordestinas e a construção do que é ser nordestino presente nas duas formas de se fazer e dançar forró. O tema é retomado no texto de Fernanda Noronha, Renata Toledo e Paula Pires sobre a relação entre os dançarinos de break do hip hop e jovens descendentes de japoneses que dançam street dance no espaço externo de uma estação do metrô em São Paulo. Nas diversas pesquisas realizadas no Núcleo de Antropologia Urbana, muitos outros fatores foram articulados com a questão da juventude e da cidade, como a de uma distinção de origem social presente na sofisticada mancha de lazer do bairro da Vila Olímpia, mas também entre os pichadores; da moda na Galeria Ouro Fino; da música e da dança no caso dos jovens instrumentistas, dos straight edges, do forró universitário, das baladas blacks, entre outros; ou da religião no caso da pesquisa sobre as “baladas do senhor” que trata das práticas de lazer de jovens evangélicos e carismáticos. Enfim, as referências de temas aos quais estas pesquisas sobre os circuitos de lazer de jovens em São Paulo remetem são muitas. Entretanto, diante desta diversidade de objetos e de tópicos de pesquisa, o elemento que, de uma certa forma, atribui uma unidade para todos os textos foi a busca que todos os autores empreenderam em tentar perceber quais os arranjos que estes jovens e seus grupos construía na cidade (com o espaço urbano e com outros grupos) para nela configurarem seus circuitos de lazer e redes de sociabilidade.

Além do que já foi apresentado, há ainda um outro tema que perpassou todos estas pesquisas realizadas no âmbito do Núcleo de Antropologia Urbana: o do tempo livre ou do lazer. Retomando a discussão sobre a noção de juventude realizada até aqui, percebemos que, de uma forma ou de outra, esta questão constituiu-se também em um elemento importante para praticamente todas as análises. Embora o lazer ou a fruição do tempo livre não seja uma prática cultural exclusiva dos jovens, esta parece ter tornado-se um elemento importante da representação construída a respeito do jovem na sociedade atual. Desde as discussões da Escola de Birmingham, a temática já estava presente na demonstração da configuração dos estilos espetaculares articulados a manifestações de lazer, ou de ocupação do tempo livre. A relação da juventude com o tempo livre é também destacada por Feixa (2004) e por diversos outros pesquisadores que lidam com essa questão. Helena Abramo (1994) aponta o lazer como uma das

---

<sup>6</sup> As pesquisas que compõem a coletânea foram apresentadas resumidamente em artigo de Magnani sobre o circuito dos jovens na cidade de São Paulo. *Tempo Social*, revista de sociologia da USP, v.17, n.2, nov. 2005.

dimensões mais significativas na vida dos jovens, sendo este um espaço importante para a sociabilidade e estruturação de identidades individuais e coletivas. Para Luís Antonio Groppo (2000), no lazer é que os jovens encontram locais e momentos favoráveis para as atividades diferenciadas e relativamente autônomas em relação aos adultos. Indo ao encontro do que afirma Groppo, José Machado Pais (2003), por sua vez, ressaltará a ligação existente entre a sociologia da juventude e a sociologia do lazer, demonstrando o constante interesse de uma certa sociologia da juventude pelo tema do lazer.

"Grande parte da sociologia da juventude tem passado pela sociologia do lazer. Pode mesmo dizer-se que quem não quiser falar de lazer deve calar-se se sobre juventude quiser falar. Porquê este insistente e tradicional interesse da sociologia da juventude pelos lazeres juvenis? Provavelmente, e é uma hipótese a confirmar, porque é no domínio do lazer que as culturas juvenis adquirem maior visibilidade e expressão" (PAIS, 2003:159).

Margulis e Urresti (1996), no entanto, tentam relativizar a relação da juventude com o tempo livre através dos conceitos de moratória social e moratória vital, sendo que o primeiro configuraria uma relação mais estreita com um tempo livre disponível para determinada classe de privilegiados, o segundo faria referência a um certo capital temporal e energético que diferenciaria determinada geração das suas precedentes. Neste último caso, ser jovem não necessariamente guardaria relações com as práticas de lazer, mas com o seu curso de vida, o modo de relacionar-se com o seu tempo e com os indivíduos de sua geração e das anteriores. Entretanto, o próprio Margulis (1994) organiza um livro sobre o lazer noturno dos jovens de Buenos Aires, demonstrando o quanto esta é, a despeito da discussão feita, uma chave relevante para se pensar a juventude na atualidade. Além disso, se o lazer estaria mais presente como elemento constitutivo entre os jovens das camadas sociais mais privilegiadas, pode-se dizer que esta associação feita entre jovens e lazer acaba difundindo-se também para as outras camadas menos favorecidas economicamente, embora esta associação possa configurar-se de maneira diferente em cada contexto. O que demonstra, portanto, a importância de, ao se discutir a noção de juventude, também se problematizar a idéia de lazer, refletindo sobre como estes dois elementos articulam-se entre si e com outros fatores. Mesmo autores que inicialmente não buscavam discutir a questão do lazer, ao pesquisar certos aspectos da juventude acabam chegando a esta temática, é o que afirma Maria Marques (1997) que, analisando como os jovens construía sua identidade pessoal a partir de suas relações com a escola, a família e o trabalho, constata também a importância do lazer para os sujeitos pesquisados.

"As entrevistas e contatos com estes jovens permitiram-nos perceber o quanto é importante para eles os momentos de lazer, de descontração. Daí os constantes conflitos com a família que, educada na ética do trabalho árduo, vê no ócio dos jovens o perigo da rua" (MARQUES, 1997:73).

Nota-se também que, além do lazer, um outro fator aparece de forma bastante forte nas representações produzidas a respeito da juventude: a violência. Assim como os trabalhos que

enfocam a relação dos jovens com o lazer não são recentes, pode-se dizer que a análise da incidência da violência entre os jovens é um tema que marca as pesquisas realizadas no âmbito das Ciências Sociais sobre a juventude há muito tempo. A questão da formação das gangues e da delinquência juvenil já é analisada desde os anos 1920 nos Estados Unidos pela Escola de Chicago, com destaque para o trabalho de Trasher (1927) sobre as gangues. Assim como acontece com a questão do lazer, a proximidade com a violência não é exclusiva do segmento jovem, mas um fenômeno que afeta todos os outros segmentos etários, se assim se pode denominá-los. No entanto, os jovens aparecem cada vez mais relacionados a esta questão, ora nas representações produzidas sobre eles, ora nas estatísticas sobre a violência que apontam o jovem como, ao mesmo tempo, autor e vítima principal de atos de violência. Marília Sposito (2003) aponta para esta associação entre violência e juventude ocorrida hoje no Brasil, particularmente, a partir do crescimento da violência na sociedade de uma maneira geral e da disseminação das quadrilhas organizadas em torno do narcotráfico. Entretanto, assinala Sposito (2003:23) que “é preciso ressaltar que os segmentos juvenis da sociedade brasileira, embora apareçam quase sempre como protagonistas, são muito mais vítimas do que responsáveis”.

Assim, se durante muito tempo a rebeldia contra a ordem vigente e o protagonismo político foram, principalmente nas décadas de 1960 e 1970, os fatores que se destacavam nas representações que se fazia da juventude, vista por muitos como a categoria social que conduziria uma transformação política<sup>7</sup>, pode-se dizer que atualmente, embora esta dimensão política associada à juventude não tenha se extinguido, são os temas do lazer e da violência que aparecem (ou reaparecem) como campos destacados de ação dos jovens. Uma análise mais aprofundada sobre a juventude atual deve, portanto, apreender estas duas esferas, mas sempre observando o quanto elas se misturam e se sobrepõem na prática cotidiana dos jovens e não as percebendo apenas como elementos dicotômicos, que se excluem, conforme discussões que tendem a afirmar a dimensão do lazer como antídoto para se acabar com a violência, com a presença de um implicando na ausência do outro.

À guisa de conclusão, talvez seja o caso de concordar, ao menos em parte, com a afirmação de Bourdieu de que a juventude seria apenas uma palavra. Uma vez que, entendida de forma isolada, a noção de juventude poderia realmente ser apenas uma palavra, pois só faria sentido na contraposição com algo ou alguém que seja mais velho e dessa forma, portanto, diria muito pouco. No entanto, esta noção pode fazer muitos outros sentidos e proporcionar diversas possibilidades de apreensão se articulada com outros elementos como cidade ou espaço urbano, etnicidade, corpo, gênero, classe social e até mesmo lazer e violência já apontados acima. Assim, quem sabe, estes elementos não possam conferir múltiplos sentidos a idéia de juventude, bem como esta também possa aferir novas maneiras de se compreender estas outras categorias. Podendo, inclusive, mais de uma destas variáveis se relacionarem ao mesmo tempo com a noção de juventude para produzir novos arranjos culturais.

---

<sup>7</sup> Sobre os jovens como condutores de uma suposta transformação política, ver FORACCHI (1965) e IANNI (1968).

## Bibliografia

ABRAMO, Helena W. Cenas Juvenis: punks e darks no espetáculo urbano. São Paulo, Scritta, 1994.

ABREU, Carolina. Raves : encontros e disputas. São Paulo, Dissertação de Mestrado, FFLCH/USP, 2006.

ALMEIDA, Maria Isabel Mendes de & TRACY, Kátia. Noites Nômades: espaço e subjetividade nas culturas jovens contemporâneas. Rio de Janeiro, Rocco, 2003.

ALMEIDA, Maria Isabel Mendes de & EUGENIO, Fernanda (orgs). Culturas jovens: novos mapas do afeto. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 2006.

AQUINO, Julio Groppa. "A indisciplina e a escola atual". Revista da Faculdade de Educação. São Paulo, v.24, n.2, p.181-204, jul./dez. 1998.

ARCE, José Manuel Valenzuela. Vida de barro duro: cultura popular juvenil e grafite. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 1999.

ARIÉS, Phillipe. História social da criança e da família. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

BOURDIEU, Pierre. "A juventude é apenas uma palavra". In: Questões de sociologia. Rio de Janeiro, Marco Zero, 1983.

CAIAFA, Janice. Movimento punk na cidade: a invasão dos bandos sub. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1989.

CANEVACCI, Massimo. Culturas eXtremas: mutações juvenis nos corpos das metrópoles. Rio de Janeiro, DP&A, 2005.

CARDOSO, Ruth & SAMPAIO, Helena. Bibliografia sobre a juventude. São Paulo, EDUSP, 1995.

CARMO, Paulo Sérgio do. Cultura da Rebeldia: a juventude em questão. São Paulo, Senac, 2001.

CARRANO, Paulo. Os jovens e a cidade: identidades e práticas culturais em Angra de tantos reis e rainhas. Rio de Janeiro, Relume Dumará/FAPERJ, 2002.

CARRANO, Paulo & PEREGRINO, Mônica. "Jovens e escola: compartilhando territórios e sentidos de presença". A escola e o mundo juvenil: experiências e reflexões (Série Em Questão, n. 1). São Paulo, Ação Educativa, 2003.

CHAVES, Mariana. Los espacios urbanos de jóvenes em la ciudad de La Plata. La Plata, Tesis Doctoral, Facultad de Ciencias Naturales y Museo/UNLP, 2005.

CLARKE, Gary. "Defending Ski-Jumpers - a critique of theories of youth subcultures". In: FRITH, S. & GOODWIN, A. (eds.). On Record. Nova York, Pantheon, Books, 1990.

COHEN, A. K. "A delinqüência como subcultura". In: BRITO, S. (org.). Sociologia da Juventude, vol. 3. Rio de Janeiro, Zahar, 1968.

COLEMAN, James. The Adolescent Society: the social life of the teenager and its impacts on education. New York, Free Press of Glencoe, 1961.

CORTI, Ana Paula & SOUZA, Raquel. Diálogos com o mundo juvenil: subsídios para educadores. São Paulo, Ação Educativa, 2005.

COSTA et al. Tribus Urbanas. El ânsia de indentidad juvenil: entre el culto a la imagen y la autoafirmación a través de la violencia. Barcelona & Buenos aires, Paidós, 1996.

COSTA, Márcia Regina da & SILVA, Elizabeth da (orgs.). Sociabilidade juvenil e cultura urbana. São Paulo, Educ, 2006.

DEBERT, Guita Grin. "A cultura adulta e juventude como valor". XXVIII Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu, Hotel Glória, 26 a 30 de out./2004.

EISENSTADT, S. N. De geração a geração. São Paulo, Perspectiva, 1976.

FEIXA, Carles. "Antropología de las edades". In: PRAT & MARTÍNEZ (orgs.). Ensayos de Antropología Cultural. Homenaje a Claudio Esteva-Fabregat. Barcelona, Ariel, 1996.

\_\_\_\_\_. "Introducción" & "Los estúdios sobre culturas juveniles en España (1960 - 2003)". Revista de Estudios sobre Juventud nº 64. Madrid, Instituto de la Juventud, mar. 2004.

\_\_\_\_\_. De Jóvenes, bandas y tribus. Antropología de la juventud. Barcelona, Ariel, 2006.

FERNANDES, Fernanda Marques & FREIRE FILHO, João. "Jovens, espaço urbano e identidade: reflexões sobre o conceito de cena musical". XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Rio de Janeiro, UERJ, 5 a 9 de set./2005.

FORACCHI, Marialice. O estudante e a transformação da sociedade brasileira. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1965.

GUIMARÃES, Maria Eloisa. Escolas, Galeras e Narcotráfico. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2003.

GREEN, Bill & BIGUM, Chris. "Alienígenas na sala de aula". In: SILVA, Tomaz (org.). Alienígenas na sala de aula: uma introdução aos estudos culturais em educação. Petrópolis, Vozes, 1998.

GROPPO, Luís Antonio. Juventude: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas. Rio de Janeiro, Difel, 2000.

HALL, Stuart & JEFFERSON, Tony (orgs.). Resistance through rituals; youth subcultures in post-war Britain. London, Hutchinson and Co, CCCS. University of Birmingham, 1993.

HARAWAY, Donna. Antropologia do Ciborgue: as vertigens do pós-humano. Belo Horizonte, Autêntica Editora, 2000.

HEBDIGE, Dick. Subculture: the meaning of style. Londres, Routledge, 1994.

IANNI, Otávio. "O jovem radical". In: BRITO, S. (org.). Sociologia da Juventude, vol. 1. Rio de Janeiro, Zahar, 1968.

KROPFF, Laura. Identidad y política entre jóvenes mapuche. VI Reunión de Antropología del Mercosur: identidad, fragmentación y diversidad. Montevideú, 16, 17 e 18 de Novembro de 2005.

LARA, Arthur. Tribos urbanas: transcendências, rituais, corporalidades e (re)significações. São Paulo, Tese de Doutorado, ECA/USP, 2002.

LYND, Robert & LYND, Helen. Middletown: a study in modern american culture. San Diego, Harvest, 1957 (1929).

MAFFESOLI, Michel. O tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massa. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1987.

\_\_\_\_\_. Sobre o nomadismo: vagabundagens pós-modernas. Rio de Janeiro, Record, 2001.

MAGNANI, J. G. Festa no Pedaco: Cultura popular e lazer na cidade. São Paulo, Hucitec/UNESP, 1998.

\_\_\_\_\_. "Tribos urbanas, metáfora ou categoria?". Cadernos de Campo - Revista dos alunos de pós-graduação em Antropologia. Departamento de Antropologia, FFLCH/USP, São Paulo, ano 2, nº2, 1992.

\_\_\_\_\_. "De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana". Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 17, n. 49, São Paulo, Junho de 2002.

\_\_\_\_\_. "O circuito dos jovens urbanos". Tempo Social, revista de sociologia da USP. São Paulo, v. 17, n.2, nov. 2005.

MAGNANI, José Guilherme & MANTESE, Bruna (orgs.). Jovens na metrópole: uma análise antropológica dos circuitos de lazer, encontro e sociabilidade (no prelo).

- MALINOWSKI, Bronislaw. Argonautas do Pacífico Ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia. São Paulo, Abril Cultural, 1984.
- MANTESE, Bruna. Os straight edges e suas relações com a alteridade na cidade de São Paulo. São Paulo, Dissertação de Mestrado, FFLCH/USP, 2006.
- MARGULIS, Mario (org.). La cultura de la noche: vida nocturna de los jóvenes en Buenos Aires. Buenos Aires, Espasa Calpe, 1994.
- MARGULIS, Mario & URRESTI, Marcelo. "La juventud es más que una palabra". In: Margulis, M. (org.). La juventud es más que una palabra. Buenos Aires, Biblos, 1996.
- MARQUES, Maria. "Escola noturna e jovens". Revista Brasileira de Educação, nº 5 e 6. São Paulo, ANPED, 1997.
- MATZA, David. "As tradições ocultas da juventude". In: BRITO, S. (org.). Sociologia da Juventude, vol. 3. Rio de Janeiro, Zahar, 1968.
- OLIVEIRA, Régia Cristina. A constituição de si e a significação do mundo: uma análise sociológica sobre jovens trabalhadores. São Paulo, Tese de Doutorado, FFLCH/USP, 2006.
- PAIS, José Machado. Culturas Juvenis. Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2003.
- \_\_\_\_\_. "Buscas de si: expressividade e identidades juvenis". In: ALMEIDA & EUGÊNIO (orgs.). Culturas jovens: novos mapas do afeto. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 2006.
- PAIS, José Machado & BLASS, Leila Maria da Silva (orgs.). Tribos urbanas: produção artística e identidades. São Paulo, Annablume, 2004.
- PARSONS, Talcott. "Age and sex in the social structure of the United States". American Sociological Review, vol. 7, 1942.
- PEREIRA, Alexandre Barbosa. De "rolê" pela cidade: os "pixadores" em São Paulo. São Paulo, Dissertação de Mestrado, FFLCH/USP, 2005.
- SPOSITO, Marília P. "A sociabilidade juvenil e a rua: novos conflitos e ação coletiva na cidade". Tempo Social, revista de sociologia da USP. São Paulo, v.5, n.1-2, 1993.
- \_\_\_\_\_. Os jovens no Brasil: desigualdades multiplicadas e novas demandas políticas. São Paulo, Ação Educativa, 2003.
- THRASHER, Frederic. The Gang. Chicago, The University of Chicago Press, 1927.
- VIANNA, Hermano (org.). Galeras Cariocas: territórios de conflito e encontros culturais. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, 1997.

\_\_\_\_\_. O mundo funk carioca. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1988.

WELLER, Wivian. "A invisibilidade feminina nas (sub)culturas juvenis". In: COSTA e SILVA (orgs.). Sociabilidade juvenil e cultura urbana. São Paulo, Educ, 2006.

WHYTE, William Foote. Sociedade de esquina: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 2005.

WILLIS, Paul. Aprendendo a ser trabalhador: escola, resistência e reprodução social. Porto Alegre, Artes Médicas, 1991.